



Paulo Sartre, por Ângelo Lopes - MTb 0097820/SP

DANÇA DAS CADEIRAS

As mudanças no secretariado de Ricardo Silva (PSD) não devem parar na Semas. Há descontentamento do prefeito com a falta de agilidade de algumas pastas; no alvo estão Infraestrutura, Obras e secretarias comandadas por interinos. Atualmente, o governo já opera com três secretários interinos e, ao que parece, o prefeito não esperará o prazo de descompatibilização para as eleições deste ano, sendo a serventia da casa uma “exoneração a pedido”. O tempo é de troca de cadeiras, com idas e vindas rumo à Rodovia Anhanguera.

AMIGO ADERENTE

O vereador Jean Corauci (PSD), mesmo partido de Ricardo Silva, pode ter colocado o prefeito em uma saia justa ao propor um projeto de lei, já aprovado, que obriga a administração a dar transparência aos currículos dos comissionados. Saia justa ou não, os comissionados dos partidos que compõem a base do governo, em boa parte, não respeitam a aderência do currículo ao cargo para o qual são contratados, o que vem refletindo nas equipes técnicas e desagradando o prefeito. O projeto pode ser um fundamento para exonerações, trocas de cadeiras e maior coerência nas indicações políticas.

GUERRA DO PETRÓLEO

A Prourbano prepara um pedido de repasse adicional à Prefeitura de Ribeirão Preto. O consórcio justifica a medida pela alta do diesel nas distribuidoras e pelo aumento constante nos preços registrados nas bombas da cidade, em razão da crise do petróleo decorrente da guerra no Oriente Médio. Aumento na tarifa é assunto proibido dentro do Centro Administrativo.

DEFINIÇÕES EM FAMÍLIA

Irmão do prefeito e filho do deputado de quem herda o nome, Rafael Silva Jr., fazendo as contas, está em fase de reflexão. Considera continuar no PP, onde está filiado, ou a transferência para o PSD, já aventada. Opção, ainda que mais distante, é a ida ao Republicanos. As negociações estão à mesa. Já o professor Cláudio Romualdo, filiado ao PSD, analisa o mesmo cenário e pode aparecer no Republicanos ou no PP. Rafael Jr. e Romualdo já se acertaram para uma dobrada estadual/federal; pode dar casamento.

RACHA TENSO

O clima esquentou ainda mais na Câmara após os depoimentos dos ex-assessores de Lincoln Fernandes (PL), Marcos Fabiano dos Santos e Anna Paula Vicentim, que confirmaram denúncias de rachadinha feitas em vídeo. A coluna teve acesso a uma análise técnica dos documentos dos denunciantes, que atesta a veracidade dos extratos bancários onde aparecem transações dos assessores para o parlamentar; há, ainda, contrato de locação de um imóvel pago por Santos, no qual o vereador Lincoln Fernandes é fiador e teria sido o único morador, confirmado pelos registros do condomínio. Santos alegou, em depoimentos, que não só o imóvel de uso do vereador estava em nome de terceiros, como também veículos.

NEWSLETTER APÓCRIFA

Relembrando 2023, circulou um material anônimo acusando jornalistas — este escriba, juntamente com Eduardo Schiavoni, o vice-prefeito Daniel Gobbi (PP), o ex-vereador Maurílio Romano Machado (PP) e um ex-assessor do vereador Marcos Papa — de se unirem em um complô contra a base do governo na Câmara. O caso acabou não rendendo nada, mas foi ressuscitado: o material chegou à redação indicando que a origem das mensagens seria o gabinete de Lincoln Fernandes e seus assessores da época. Que fim, que fase!

AMEAÇAS

O jornalista Eduardo Schiavoni foi ameaçado pelo vereador Franco Ferro (PP) após questioná-lo sobre nota fiscal de serviços feitos no Parque Permanente de Exposições, supostamente recebidos por um vereador na conta de Ferro. Ele nega. Em outra situação, este colunista também foi alvo de ameaças do empresário Jan Nicolau Baaklini. Em ambos os casos, as tentativas de intimidação envolvem a promessa de processos contra o exercício da profissão. Que fase II, a missão.

NO RIGOR E NA LEI

O rigor e a transparência adotados nas recentes comissões processuais elevaram a régua da Câmara. O empenho no cumprimento do processo legal, até aqui, foi considerado impecável, dificultando a vida de futuros parlamentares que tentarem escapar de punições disciplinares. Resta saber por quanto tempo.

ADMINISTRAÇÃO

NÃO É POLÍCIA

Justiça bate o martelo e impede Ricardo de mudar nome da Guarda

Ação foi proposta pela Procuradoria Geral de Justiça e julgada quarta (25); para Judiciário, apenas Estado e União podem ter forças policiais

EDUARDO SCHIAVONI
redacao@jornalribeirao.com.br

O Tribunal de Justiça de São Paulo julgou inconstitucional, nesta quarta (25), a mudança na lei proposta pelo prefeito Ricardo Silva (PSD) e aprovada na Câmara que tentava rebatizar a Guarda Civil Metropolitana como “Polícia Metropolitana”.

A decisão, provisória, foi proferida em um agravo de instrumento, no qual a prefeitura contestava uma decisão provisória dada pela Justiça de Ribeirão contra a medida. Agora, a liminar vale até o julgamento definitivo do caso. A prefeitura pode recorrer ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) e ao STF (Supremo Tribunal Federal).

O resultado do julgamento foi publicado nesta quarta-feira (25), mas o Tribunal ainda não disponibilizou a íntegra da decisão, o que deve ocorrer nos próximos dias.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), movida pela Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ), sustentou que a mudança violava frontalmente os artigos 144 e 147 da Constituição Estadual, que remetem aos princípios da Constituição Federal. O entendimento do Judiciário foi cristalino: a Constituição reserva o termo “Polícia” exclusivamente para órgãos estaduais e federais com atribuições específicas de segurança pública e polícia judiciária.

Segundo a PGJ, ao tentar elevar a Guarda Municipal ao status terminológico de “Polícia”, a administração municipal “não apenas ignorou os limites da autonomia legislativa local, como também criou uma confusão terminológica que o ordenamento jurídico não tolera”.

“O precedente do TJSP reforça que, embora as guardas municipais desempenhem papel fundamental na segurança urbana, elas não se confundem com as polícias concebidas pelo poder constituinte originário”, afirmou a instituição, no processo.



Viaturas da Guarda Civil Municipal de Ribeirão Preto em patrulhamento

MUDANÇA FOI ANUNCIADA HÁ UM ANO

A mudança de nome da Guarda Civil foi anunciada pelo prefeito Ricardo Silva (PSD) no final de fevereiro de 2025, após decisão do STF que autorizou o patrulhamento ostensivo das guardas, e aprovada a toque de caixa pela Câmara. Tão logo foi homologada, enfrentou a ação de inconstitucionalidade proposta pela PGJ, com liminar obtida em março contra a mudança.

Na ação, o procurador-geral alega que, embora atue na área de segurança pública, as “guardas municipais não se confundem com as polícias concebidas pelo poder constituinte originário”. “[...] o precedente da Corte Suprema não equiparou as guardas municipais às demais polícias elencadas no art. 144 da Constituição Federal, nem mesmo acenou autorização de alteração da denominação

REVÉS

A decisão representa um revés político para a gestão de Ricardo Silva, que apostou na mudança como forma de valorização da corporação, mas acabou atropelando os limites constitucionais. Agora, a Prefeitura de Ribeirão Preto não tem alternativa senão reverter a nomenclatura em todos os documentos, uniformes, distintivos e identificações oficiais, sob pena de descumprimento de ordem judicial.

Se vigorasse, a medida traria reflexos imediatos não apenas na função da Guar-

da como em fatores como o IPM (Instituto de Previdência dos Municipiários), na medida em que possibilitaria a equiparação dos guardas a policiais, que possuem regras diferentes de aposentadoria, além de gratificações.

OUTRO LADO

O Jornal Ribeirão procurou a administração para comentar a decisão, mas não houve resposta aos questionamentos enviados até o fechamento da matéria. Se houver resposta, a edição online será atualizada.